

# O SIMPÓSIO

## “A EDUCAÇÃO QUE NOS CONVÉM: O IPES E A AÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DA BURGUESIA NA DÉCADA DE 1960”

*Celso Carvalho*

Professor do PPGE – Uninove.  
São Paulo – SP [Brasil]  
cpfcarvalho@uol.com.br

Este artigo tem como finalidade apresentar resultados de uma pesquisa sobre a relação universidade – empresa, com base no itinerário percorrido por uma instituição orgânica da burguesia, fundada em 1961: o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Este estudo busca mostrar o instituto como parte de um movimento maior da burguesia que influencia na definição das políticas públicas para transformar a universidade em um espaço próximo aos interesses da indústria. A partir da perspectiva gramsciana de intelectual orgânico, a pesquisa possibilita que se analise tanto o discurso quanto a fala dos dirigentes do instituto, ao longo da década de 1960, e sua relação com as mudanças na atual conjuntura política do país.

**PALAVRAS-CHAVE:** Burguesia. Educação. Intelectual orgânico. Políticas públicas.

1 A cassação de políticos, ocupantes, ou não, de cargos legislativos, começou em 1964 com a edição do AI-1. De uma só vez foram cassados os direitos políticos dos três últimos presidentes da República: João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek; dos governadores Miguel Arraes, de Pernambuco; Seixas Dória, de Sergipe; Plínio Coelho, do Amazonas, e Badger Silveira, do Rio de Janeiro; vários deputados do PTB e membros do governo de Goulart, como Leonel Brizola, Valdir Pires, Almino Affonso e Doutel de Andrade. Em 1969, após a edição do AI-5, mais trinta parlamentares seriam cassados de uma só vez, entre os quais o líder do MDB na Câmara dos Deputados, Mário Covas e Martins Rodrigues que ocupava o cargo de secretário geral do partido.

2 A Universidade de Brasília é um caso exemplar de como a ditadura civil-militar procurou equacionar a questão da universidade. Invadida logo ao raiar da ditadura, em 9 de abril de 1964, teve seu reitor, Anísio Teixeira, substituído por Zeferino Vaz, professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, pertencente à Universidade de São Paulo, que, entre outras medidas, demitiu treze professores sem nenhuma acusação ou que processos administrativos fossem formalizados. A segunda invasão ocorre em 1965, na gestão de Laerte Ramos de Carvalho, indicado por Zeferino Vaz para ser seu substituto.

## 1 Introdução

Duas situações, com características próprias e complementares, possibilitam compreender o Brasil no fim da década de 1960. De um lado, havia um processo de radicalização da luta política, que resultou em sofrimento e no desmantelamento das instituições da sociedade civil, principalmente aquelas que estavam mais vinculadas ao processo de luta e resistência aos avanços da ditadura civil-militar implantada pelo golpe de abril de 1964. Nesse contexto, o fechamento político e a suspensão da liberdade de expressão, a cassação dos direitos políticos de vários parlamentares<sup>1</sup>, a invasão de universidades<sup>2</sup> e o afastamento compulsório de vários professores<sup>3</sup>, o cerceamento, quase total, das possibilidades de manifestação pública das organizações da sociedade civil, o controle sobre os sindicatos de trabalhadores, a radicalização da repressão militar sobre o movimento estudantil e o irromper da luta armada, a implantação sistemática da tortura como instrumento de combate às organizações da esquerda política caracterizavam esse momento. De outro, é também um momento em que a conjugação de diversos fatores de ordem econômica possibilitaria ao país o início de um processo de retomada do crescimento da produção, com índices que chegaram a atingir a casa dos 10% ao ano, reflexo, em grande parte, da política econômica adotada naquele período, que abriu totalmente o país e propiciou as condições para a imensa inversão de capitais multinacionais, incorporando-o definitivamente ao capital monopolista. O Brasil entrava na era do “milagre econômico”<sup>4</sup>.

Os chamados ‘anos de chumbo’, notadamente durante o governo do general Médici, decorrentes do endurecimento militar, via Ato Institucional nº 5, de 1968, foram marcados pela euforia e pelo dinamismo econômico para alguns setores da classe média urbana, pela mudança de costumes e valores, possibilitada, em grande parte, pela onda de consumismo que beneficiava as elites. Para os trabalhadores não havia nada a comemorar, pois a manipulação dos índices de inflação, o cerceamento total à liberdade de ação política dos

sindicatos, a destruição, pelo terror do Estado, de grande parte dos movimentos sociais identificados com os trabalhadores, o financiamento pelos empresários da Operação Bandeirantes e a autonomia total concedida aos “órgãos de segurança” do Estado dariam o tom desse período. Nesse contexto, em que o *slogan* do Estado passou a ser “Segurança e Desenvolvimento”, diversos eventos tiveram significativa importância na definição das políticas educacionais, um deles foi o simpósio “A educação que nos convém”, organizado, em 1968, pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais da Guanabara (IPES/GB), e que contou com o apoio da Pontifícia Universidade Católica da Guanabara (PUC/GB) e da agência de Análise e Perspectiva Econômica (APEC), que será analisado neste estudo.

## 2 A ação político-ideológica do IPES na década de 1960

O IPES, fundado no processo de acirramento da luta política e da desestabilização do governo Goulart, tinha como objetivo orientar e determinar os processos sociais para organizá-los com o intuito de atender aos interesses da classe dominante. As ações desenvolvidas por esse instituto e seus impactos no cenário político-social do Brasil na década de 1960, relatados por Dreifuss (1981), constituem-se em um dos mais completos depoimentos sobre como se deu a ação orgânica das elites dominantes brasileiras e transnacionais nos acontecimentos que levaram ao golpe de Estado de 1964. Ao reconstruir a trajetória desse movimento histórico, o autor mostra como o IPES surgiu com o firme propósito de ser um referencial para a produção de uma doutrina que servisse de base para as ações das elites. Seu principal objetivo era derrubar o governo de João Goulart.

Ressalte-se que o IPES surgiu graças à ação política de um vasto grupo de personagens que tinham os mesmos interesses, ou seja, certo conjunto de relações econômicas, o discurso anticomunista e a intenção de

Dessa vez, cerca de 15 professores são demitidos, fato que provoca a demissão coletiva de 210 professores em sinal de protesto. Em 1968, outra invasão. O reitor era José Carlos de Azevedo, físico nuclear e Capitão-de-Mar-e-Guerra, que ocuparia o cargo por cerca de 15 anos. O resultado de tanta ação destrutiva foi a interrupção, por mais de 20 anos, do projeto pioneiro de organização universitária representado pela UnB.

<sup>3</sup> Em abril de 1969, são aposentados compulsoriamente diversos professores da USP e de outras universidades, em sua grande maioria de grande importância e projeção intelectual no país e no exterior, entre eles: Paul Singer, Paulo Duarte, Octávio Ianni, Mário Schemberg, Luiz Pereira, Arthur Gianotti, Jean-Claude Bernardet, Isaías Raw, Fernando Henrique Cardoso, Emília Viotti da Costa, Elza Berquó, Caio Prado Jr., Bento Prado, Miriam Limoeiro Cardoso, Maria Yeda Linhares, Florestan Fernandes, José Leite Lopes, Bolívar Lamounier, Villanova Artigas e outros. O número total de cassados, em decorrência do Decreto-Lei 477 e do Ato Complementar nº 75, chegou a cerca de 260 professores e estudantes (cf. GERMANO, 1994).

<sup>4</sup> A burguesia brasileira, que em 1964 fez a escolha por constituir-se em uma aliada-associada menor do capital multinacional, acompanharia esse

processo externando em um primeiro momento seu apreço e comprometimento com a política econômica adotada. Mais à frente, à medida que o processo político-econômico criou as condições para a concentração do capital produtivo nas mãos dos conglomerados multinacionais e aumentou a participação do Estado na economia, essa mesma burguesia, num movimento de reconstrução da memória histórica, iniciará um processo de crítica à política econômica e aos rumos tomados pelo regime militar. O aprofundamento da crise do capitalismo internacional, cujos sintomas já eram percebidos em fins dos anos de 1960, ganhou dimensão mundial com os acontecimentos da década de 1970, principalmente o do aumento ocorrido nos preços internacionais do petróleo. A gestão Geisel foi marcada economicamente pelo acirramento dessa crise e pelo significativo avanço da participação do Estado no processo produtivo.

edificar o Estado, de acordo com suas conveniências. Sua fundação, em 29 de Novembro de 1961, foi recebida com satisfação por diferentes meios de comunicação da época, por intelectuais e membros da Igreja. Buscava-se, por meio dessa iniciativa, alcançar no plano político a mesma supremacia obtida no plano econômico, além de retirar dos políticos o controle sobre o Estado.

A diversidade ideológica do grupo, no entanto, não impediu que as ações do IPES seguissem uma sólida direção na busca de seus propósitos. Nesse, como em outros momentos da história brasileira, as forças conservadoras priorizaram seus objetivos comuns e procuraram agir de forma homogênea. Esse afinamento no plano da ação permitiu que, desde sua fundação, o instituto convivesse com uma dupla face em que,

[...] aos olhos de simpatizantes e defensores, a sua face pública mostrava uma organização de ‘respeitáveis homens de negócio’ e intelectuais, com um número de técnicos de destaque, que advogavam participação nos acontecimentos políticos e sociais e que apoiavam a reforma moderada das instituições políticas e econômicas existentes. (DREIFUSS, 1981, p. 164).

O objetivo inicial anunciado pelo instituto era “[...] estudar as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um techno-empresário liberal.” (DREIFUSS, 1981, p. 164).

O documento de apresentação do IPES, intitulado “A responsabilidade democrática do empresário”, foi amplamente distribuído para conquistar simpatizantes, além de difundir as idéias do instituto. O IPES foi apresentado à sociedade brasileira como uma “[...] agremiação apartidária com objetos essencialmente educacionais e cívicos.” (DREIFUSS, 1981, p. 164). Segundo o referido documento, o IPES seria orientado por “[...] dirigentes de empresas e profissionais liberais que participam com convicção democrática, como

patriotas e não como representantes de alguma classe, ou de interesses privados.” (DREIFUSS, 1981, p. 165). Esses profissionais deveriam “[...] analisar e contribuir para a solução dos problemas sociais que surgem constantemente na vida brasileira.” Para tanto, a direção do IPES contava com “[...] a colaboração de professores universitários, técnicos e peritos, que, de acordo com seus postulados, estejam dispostos a trabalhar no estudo e na adequação dos problemas nacionais.” (DREIFUSS, 1981, p. 165). Faria parte também das atribuições do instituto

[...] promover a educação cultural, moral e cívica dos indivíduos, desenvolver e coordenar estudos e atividades de caráter social e, por meio de pesquisa objetiva e discussão livre, tirar conclusões e fazer recomendações que irão contribuir para o progresso econômico, o bem-estar social e fortificar o regime democrático do Brasil. (DREIFUSS, 1981, p. 167).

Uma grande preocupação inicial era apresentar o IPES para a sociedade “[...] como uma organização educacional, que fazia doações para reduzir o analfabetismo das crianças pobres – e como um centro de discussões acadêmicas.” (DREIFUSS, 1981, p. 164).

O IPES articulou diversas ações e contribuiu, de forma decisiva, para o golpe de 1964. No contexto pós-golpe, vários de seus membros ocuparam cargos no governo e ajudaram na elaboração da normatização do regime. No entanto, o instituto não deixou de estar presente na luta ideológica da sociedade civil. O simpósio de 1968, resultado da parceria entre o IPES e a PUC do Rio de Janeiro, ocorreu em um momento marcado pelo acirramento das lutas sociais, período em que o movimento estudantil ganhou maior visibilidade, em razão dos debates provocados pela reforma universitária<sup>5</sup>.

5 O financiamento do fórum contou com a colaboração do Jockey Clube brasileiro. A publicação das conferências e dos debates, organizada por Paulo de Assis Ribeiro, foi uma iniciativa da APEC, por meio da pessoa de seu Diretor Executivo Victor da Silva e com o auxílio do empresário Israel Klabin.

### 3 O simpósio de 1968: a educação que nos convém

O documento síntese do simpósio possibilita que se compreenda a situação social do país à época e como ela perpassou o pensamento político das elites orgânicas. Na apresentação do texto final, o vice-presidente do IPES, Glycon de Paiva, expõe, da seguinte forma, essa questão:

Sabe-se hoje pela abundante literatura que o *chienlit*, o movimento estudantil que estourou em Paris na primavera de 1968, foi planejado para repercutir em todo o mundo, sob forma de manifestações semelhantes, que ocorreriam nos diferentes países com defasagem conveniente, de modo a armar-se gigantesco movimento político-ideológico. No Brasil, despontou no início do segundo semestre daquele ano. Terminou por constituir-se em um dos motivos da aplicação de medidas excepcionais<sup>6</sup> a que o Governo Federal se obrigou a lançar mão para restabelecer a ordem, calculadamente perturbada. Entre as razões, boas e más, para o desencadear da campanha estudantil, destacam-se as relacionadas com a extensão e qualidade da Educação prevalente no Brasil. O IPES e a PUC interessaram-se, desde logo, pelo exame desse ponto, e pelo esclarecimento e a definição do tipo de educação conveniente aos interesses brasileiros, partindo-se da que é presentemente suprida. Porque se certos pontos característicos da Educação que nos convém pudessem ser encontrados, hierarquizados e coordenados em diretrizes de ação, tornar-se-ia mais fácil explicá-la ao povo, e aos estudantes, e certamente permitiria roubar à agitação algumas das razões de permanência. (PAIVA, 1969, p. 3).

O simpósio reuniu intelectuais, militares, ministros de Estado, além de vários empresários. Todos os participantes possuíam, à época, ou em momen-

6 Glycon de Paiva se refere à edição, em 13 de dezembro de 1968, do Ato Institucional nº 5 e ao Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969. Por meio do primeiro, foi efetivada, entre outras coisas, uma das maiores violências à educação no período republicano. A aposentadoria compulsória de vários professores, que expunham sua discordância com o regime, atingiu também funcionários do MEC e das secretarias estaduais e municipais de Educação em vários Estados da federação. O segundo deu poderes para que fossem abertos processos contra professores e alunos, por motivos políticos, o que permitia a expulsão de alunos e o desligamento de professores. O AI-5 somente foi revogado em 1978, e o Decreto-lei nº 477 substituído em 1979 por uma nova lei aprovada pelo Congresso Nacional. Para mais detalhes sobre o uso de tais mecanismos de repressão pela universidade brasileira nesse período, conferir CUNHA; GÓES (1999).

tos anteriores ao simpósio, algum vínculo com a educação ou se interessavam por ela. Organizado a partir de dez eixos temáticos e encerrado com a conferência final em que procurou sintetizar os principais objetivos do encontro, o evento deu mostra de quais eram as preocupações e os interesses que nutriam setores da classe dominante. Em todas as exposições, prevalecia um sentimento de incômodo com a dimensão assumida pelo movimento estudantil<sup>7</sup>. Da mesma forma, há, nos relatos e em algumas falas, certo sentimento de dúvida quanto aos caminhos a serem seguidos e ao encaminhamento a ser dado para a situação criada pelo movimento estudantil. Na ocasião do simpósio, o AI-5 ainda não havia sido instituído, e o pedido de abertura de processo contra o deputado Marcio Moreira Alves estava no Congresso para ser apreciado. Farei, a seguir, a exposição de algumas falas ocorridas no simpósio, que são representativas do contexto geral do encontro. Parece bem plausível afirmar que elas não teriam ocorrido se a realidade institucional produzida pelo golpe de dezembro de 1968 já estivesse implantada. Isso não quer dizer que tenham sido feitas críticas ásperas à ditadura e à repressão política.

Na conferência realizada pelo representante da PUC, do Rio de Janeiro, encontramos “sinais de inquietação e discórdia”, principalmente em relação aos possíveis encaminhamentos anunciados, à época, para contenção do movimento estudantil, feitos por altas autoridades do governo, notadamente o Ministro da Justiça, Gama e Silva. Para o representante da PUC,

[...] a educação não tem como objetivo domesticar uma população. Não faltam os que, inconsciente ou inconfessadamente, concebem a educação como um processo de domesticação de um povo ou de um determinado nível de ensino. Perguntam-me se esta idéia não é um dos elementos subjacentes a formulações como esta: “Façamos os estudantes estudar mesmo, e com isto haveremos de esvaziar o potencial revolucionário”. É claro que o principal dever do estudante é estudar, mas conceber o estu-

7 Já em junho de 1968, foi realizada uma reunião do conselho diretor do IPES, ocasião em que Candido Guinle de Paula Machado, que estivera em Paris durante as jornadas de maio e acompanhara, de perto, o movimento estudantil francês, fez uma exposição da situação e das perspectivas do movimento, mostrando toda a preocupação que tal situação causava no Instituto.

do como um álibi para reduzir a capacidade crítica do alunato é subtrair-lhe uma área de reflexão que é parte integrante de seu campo de estudo. (D'AVILLA, 1969, p. 1).

A fórmula para “esvaziar o potencial revolucionário” foi encontrada pelas classes dominantes com a edição do AI-5, em dezembro de 1968, e com o Decreto-Lei 477, de fevereiro de 1969. O Ministro da Justiça declarava, em alto e bom som, que “estudantes têm que estudar” e que “não podem fazer baderna”. Essa foi a forma encontrada pelo regime para conter o movimento dos estudantes. Teria o padre Fernando Bastos D'Avilla feito tal observação com o AI-5 e o decreto 477 já em vigor? É bem provável que não. A censura prévia, somada ao clima de terror e de intimidação que passou a ter “base legal” com o AI-5, utilizado, inclusive, contra membros do clero, com certeza calou muitas vozes ou somente permitiu que se manifestassem em recintos fechados. No entanto, a longa noite de perseguição e ódio estava apenas começando e seus efeitos seriam dramaticamente lamentados por toda uma geração.

Entre debates acerca de como deveria ser a estrutura do ensino no país, suas fontes de financiamento e seus objetivos, algumas falas se caracterizaram por expressar um posicionamento político típico das elites orgânicas do período. Ao relatar quais seriam os objetivos da educação nacional, um dos conferencistas demonstra que suas preocupações estavam para além do encaminhamento e das soluções a serem dadas ao movimento estudantil. Para ele,

[...] o aspecto que deve ser primordial na definição do tipo de educação que convém a um país é o da ligação com os objetivos nacionais em sua globalidade. É o que repousa na relação entre a política e a educação. Esta não prepara os homens apenas para as tarefas materiais, para o trabalho, mas principalmente para equacionar os problemas nacionais de cada geração e para lhes dar as soluções

convenientes e possíveis, para traçar a linha política (no sentido mais amplo do termo) que incorpore as aspirações coletivas, imprimindo-lhes uma direção consciente. Criar um pensamento que abranja tais objetivos, e que lhes dê efetividade e consistência, é a finalidade última da educação, pois significa ao mesmo tempo duração e mudança, isto é, o de renovação através da revisão e redistribuição dos valores sociais. Para isso deve ser objetivo da Educação preparar homens capazes de clarificar os valores de sua sociedade e de tomar as decisões fundamentais que os tornem efetivo. Esse objetivo importa na formação de um pensamento analítico e global de um pensamento capaz de, a um tempo, ligar os elementos e os dados variáveis, e de os decompor e de os submeter à ponderação devida. Deve a Educação preocupar-se em criar dirigentes políticos e empresariais dotados de visão global e aptos a sentirem as tendências das modificações sociais, e a mensurar a força relativa das variáveis que as produzem. Quando as classes dirigentes deixam de aprender essas tendências, e quando a educação se volta exclusivamente para o passado, para as formas sociais estratificadas, deixa ela de realizar sua verdadeira missão. A revisão incessante de valores a que está obrigado o homem em face de uma sociedade em contínua transformação importa ainda em uma outra preocupação: a de relacionar os novos valores a um sistema moral, a de manter um controle sobre os fenômenos cambiantes da vida social. (NASCIMENTO SILVA, 1969, p. 160).

Essa forma de compreender o papel da educação é expressão de uma análise que ultrapassa o interesse imediato gerado pela questão do desenvolvimento econômico. Está presente nessa fala a preocupação com a formação de elites dirigentes, que possuam condições de, mais do que conduzir, determinar os rumos dos processos econômico-sociais com base

em interesses bem definidos. Defende a ampliação do acesso à educação, como forma de evitar futuros movimentos de contestação, e a educação das massas, mas sem abrir mão da formação de quadros para as elites, ou seja, entende o processo educativo para além da questão técnica, pois, sem deixar de mencionar a necessidade de uma boa formação técnica e profissional, enquadra-as no contexto de uma determinada maneira de entender e fazer política educacional.

Outro destaque no seminário é a fala de Roberto Campos. Encarregado de fazer uma conferência sobre o tema “Educação e desenvolvimento econômico”, transforma sua fala em uma defesa da formação de capital humano pelo sistema escolar, como elemento necessário para criar as condições de desenvolvimento econômico do país. Afirma que “[...] pensar que o Brasil será fatalmente um país grande, simplesmente porque é fisicamente grande [...] é algo ilusório” (CAMPOS, 1969, p. 74). Critica a universidade por sua escolha em “[...] favor da cultura, e uma subestimação tola, da praticabilidade ou da ‘práxis’ cognitiva.” Para ele,

[...] interessa-nos habitualmente, muito mais, como resíduo cultural do nosso tipo de formação universitária, a avaliação geral dos problemas, do que a busca de soluções concretas. Pendemos, muito mais, no sentido dos sistemas culturais do que no dos sistemas cognitivos. Daí provém o nosso vício de subestimarmos a inteligência de outros povos. Há um entusiasmo quase passional na exposição geral das coisas, pela avaliação dos objetivos e um certo desprezo implícito, inconfessado, pela busca humilde de soluções concretas. (CAMPOS, 1969, p. 74).

Outra questão levantada por Roberto Campos, a terminalidade do ensino secundário, merece ser mencionada em razão dos caminhos que seriam seguidos por essa modalidade de ensino após a reforma de 1971. Faz ele uma

crítica ao enorme “clamor” gerado pelo movimento estudantil, que, ao tornar-se hegemônico em 1968, impediu que a discussão recaísse sobre o ensino secundário, este, sim, o grande problema do país. Sua análise era a de que

[...] o que se deveria ter debatido muito mais a fundo, é o problema mais grave do ensino médio. Este sim devia revestir-se de aspectos financeiros, diferentes daqueles do ensino universitário. É que, a educação secundária, num país subdesenvolvido, deve tender à educação de massa, enquanto o ensino universitário, fatalmente, terá que continuar um ensino de elite. Donde a necessidade de se reformular toda a estrutura financeira do sistema educacional médio, que entre nós, paradoxalmente, é quase totalmente pago, quando deveria ser, pelo menos, objeto de bolsas generosas e gratuitas, a fim de se disseminar, muito mais um instrumental de educação secundária, que para a grande massa da população deve ser o valor terminal. (CAMPOS, 1969, p. 76).

Em seguida, defende a reestruturação do financiamento e da estrutura do ensino médio<sup>8</sup>, objetivando “[...] torná-lo um valor terminal, e não meramente um valor transicional para a universidade.” (CAMPOS, 1969, p.77). Ao concluir, sua fala expõe, com todos os detalhes, o pensamento típico de quem pertence aos quadros orgânicos das classes dominantes:

A educação secundária de tipo propriamente humanista devia, a meu ver, ser algo modificada através da inserção de elementos tecnológicos e práticos, baseados na presunção inevitável de que apenas uma minoria, filtrada no ensino secundário ascenderá à universidade; e, para a grande maioria, ter-se-á de considerar a escola secundária como uma formação final. Formação final, portanto, que deve ser muito carregada de elementos utilitários

8 Para mais detalhes a respeito dessa questão, conferir WARDE (1977).

9 À época do simpósio, era professor da UFRJ, sócio do IPES e banqueiro, tendo anteriormente ocupado a presidência do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro (cf. SOUZA, 1981).

e práticos, com uma carga muito menor de humanismo do que é costumeiro, no nosso ensino secundário a destruição física de um país, é de importância relativamente pequena se permanece intacto o seu potencial científico e cultural; inversamente, a construção de um país é uma tarefa lenta e impossível, se, a par do equipamento físico, não houver um sistemático esforço de construção do capital humano. (CAMPOS, 1969, p. 76).

A conferência “Vinculação da universidade e da empresa”, proferida por Theophilo de Azeredo Santos<sup>9</sup>, expressou, de forma direta, várias críticas à organização da universidade brasileira, bem como apresentou o modelo de universidade defendido pelos empresários no simpósio. Em sua fala, procurou questionar e apontar problemas nos “métodos” de ensino utilizados no ensino superior, no currículo e no calendário escolar. Afirmou ele que

As universidades brasileiras, via de regra, com poucas e honrosas exceções, estão despreparadas para a formação profissional que satisfaça aos avanços tecnológicos, às conquistas da ciência e também aos reclamos da arte moderna. A verdade, embora muitas vezes não seja agradável mencioná-la, é que as universidades brasileiras estão ainda eivadas de ensino tipicamente medieval, acadêmico, coimbrão, retórico, excessivamente doutrinário. (SANTOS, 1969, p. 151).

Essa forma de criticar a universidade brasileira esteve presente em quase todas as falas do simpósio. Era quase consenso entre os debatedores e conferencistas a ausência de maior “praticidade e aplicabilidade” dos estudos – segundo o conferencista em questão – uma das causas do movimento e da revolta dos estudantes brasileiros. Para ele,

[...] como professor-empresário, já tendo feito cursos fora do país, sinto que essa revolta dos jovens nesse setor é plenamente justificável. Por quê? Porque a revolta começa no primeiro ano, em que o acadêmico se vê frustrado em prosseguir em profissão na qual ele entra para a vida profissional despreparado. Por que o acadêmico de direito, de economia, de engenharia, se sente frustrado e esse ambiente de revolta já começa no primeiro ano? Porque o excesso de doutrina, de ensinamentos teóricos não tem um contrapeso com os ensinamentos práticos [...] A realidade universitária brasileira deixa à mostra o seguinte: os professores, mantendo uma posição convencional, dão pouca validade aos estudos práticos; as aulas que lhes parecem mais importantes são aquelas onde há exposição doutrinária mais elevada, quando todo o potencial do professor é colocado à mostra. Já para o aluno não é o que interessa. O que ele quer é sobreviver no campo profissional e esta sobrevivência reclama hoje, do aluno, posição de conhecimento da realidade. (SANTOS, 1969, p. 151).

Começando pela crítica à ausência de maior “praticidade” no trabalho do professor, estendendo-se para a organização curricular e para o sistema de cátedras, toda a estrutura da Universidade foi questionada. Segundo o conferencista, tal sistema era um dos maiores problemas da universidade, pois ele produziu uma prática que se traduziu na existência de uma quantidade imensa de cadeiras, que surgiram por “mera curiosidade intelectual” de algum professor, mas se mantiveram pela “força da tradição” e pela existência de uma “maçonaria intelectual” na universidade brasileira e em razão de um forte corporativismo. Críticas também são feitas à existência de “férias excessivas”, fato apontado como um dos fatores para o problema dos “excedentes”, pois cursos que duram cinco anos poderiam ser feitos em três. Enfim, começou a analisar a questão que originou o convite para sua conferência – a relação da universidade com a empresa.

Seguindo uma linha de análise em que questionava o modelo de universidade da época, o conferencista incorporou à sua crítica a ausência de políticas públicas que propiciassem maior proximidade entre a universidade e a empresa. Chamando a atenção reiteradas vezes para o fato de que tal procedimento, ao impedir a maior proximidade entre os estudantes e as atividades desenvolvidas nas empresas, possibilitou não somente um despreparo profissional, mas também impediu que os estudantes tivessem maior contato com o mundo da iniciativa privada. Ao desconhecerem tal realidade e por não compreenderem seus objetivos, os estudantes não tiveram condições de assimilar a função social da empresa, passando a incorporar “acriticamente” o problema dos excedentes e a situação política do país. Eis, para o conferencista, a razão da existência de uma situação de intensa mobilização e agitação política no meio estudantil, em 1968. Trabalhando com a hipótese de que uma das saídas para conter o movimento estudantil seria trazer para o lado da iniciativa privada uma parte dos universitários, afirmou que a

[...] união universidade-empresa traria para dentro da empresa pessoas que poderiam corresponder ao movimento de idéias a favor da livre-empresa, da empresa legítima, aquela que abre novas fontes de riqueza, que abre o mercado de trabalho, que dá ao Estado a capacidade de realizar obras públicas. (SANTOS, 1969, p. 152).

Defende a idéia de que sejam adotados certos critérios para que o relacionamento entre indústria e universidade possa alcançar os resultados esperados. A contratação dos melhores alunos, aqueles com capacidade intelectual comprovada, seria um critério, mas não o único. Era necessário que o candidato comprovasse ser um aluno que efetivamente freqüentasse o curso e a universidade, pois, segundo o conferencista, “[...] há grande margem de alunos que não freqüentam as universidades e somente lá estão por interesses políticos, ‘deslocado para atividades sobre as quais ele não deveria estar consa-

grado.’” (SANTOS, 1969, p. 151). Dessa forma, e em sintonia com o Ministro da Educação da época, afirmava que “[...] estudante é para estudar e não para fazer movimentos alheios ao seu próprio interesse” (SANTOS, 1969, p. 153).

Caracterizado o perfil do aluno que interessava ao setor produtivo, continuava sua exposição, mostrando os caminhos a serem seguidos. Para a empresa, recomendou que, na impossibilidade da contratação de universitários, possa ajudar no “processo de identificação” desses jovens com os interesses da iniciativa privada, contribuindo financeiramente para a realização de cursos e seminários, ou mesmo mediante “a distribuição de matérias que vão, portanto, formar um movimento de opinião pública”. A estratégia de ação que apresentou reafirmava sua condição de membro e articulador do IPES. Encerrou sua conferência com um alerta:

A nossa posição passiva, negativa ou de mero espectador do drama que se desenrola e que pode voltar-se contra nós, há de nos transformar em vítimas em vez de sermos co-autores. Portanto, acredito que em movimento objetivo, sadio e dinâmico, devemos nos voltar para esse problema a que se dispõe o IPES, de forma a conhecer a realidade e partir para soluções a curto prazo, assumindo posições corajosas, dinâmicas e adaptando-as sempre àqueles princípios que queremos consagrar: os princípios da democracia cristã. (SANTOS, 1969, p. 154).

Em linhas gerais, a exposição do banqueiro-professor demonstrou que a preocupação com os encaminhamentos a serem dados às relações entre universidade e empresas no Brasil deveria, necessariamente, começar por um trabalho de “esclarecimento” acerca dos benefícios trazidos pela iniciativa privada para o desenvolvimento econômico do País. Em sua fala, há também uma singela crítica ao avanço do Estado, que estava, por meio da excessiva regulamentação, pela organização da produção, pelo controle das principais

fontes de financiamento para o investimento privado, pela criação de agências de regulamentação etc., avançando sobre espaços que “deveriam ser” da livre empresa. Afirmava que a inexistência de uma cultura em defesa do empresário e da empresa criou as condições para a radicalização do movimento estudantil e a “cooptação” de vários de seus líderes por parte das organizações da esquerda política.

O simpósio de 1968 reforça o caráter do IPES como uma instituição orgânica das classes dominantes, o que é demonstrado pelas preocupações presentes na fala final da conferência de Theophilo de Azeredo Santos. O objetivo do simpósio, naquele momento, era “[...] fornecer um subsídio às instituições e autoridades [...]” em busca de “[...] soluções para a educação brasileira [...]” por meio de sugestão de “[...] medidas a serem adotadas, dentro de uma visão prospectiva a ser assumida, em face desse magno problema [...]” (IPES, 1969, p. 205).

### THE SYMPOSIUM EDUCATION THAT WE SHOULD: THE IPES AND THE ACTION OF THE POLITICAL-IDEOLOGICAL BOURGEOISIE IN THE 1960s

This article aims to present research findings on the relationship between university and company, being analyzed from the history of an organic institution of the bourgeoisie, the IPES, established in 1961. We intend to show the Institute as a part of a bigger bourgeoisie movement, bringing influence to public politics definition in order to transform the university into a place that attends industry interests. Considering a Gramsci's perspective of the organic intellectual, the research analyzes transformation both in the Institute directors' discourse and in their speech in different times and its relation.

**KEY WORDS:** An organic intellectual. Bourgeoisie. Education. Public polity.

## Referências

- CAMPOS, R. Educação e desenvolvimento econômico. In: IPES. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- CUNHA, L. A; GOÊS, M. *O golpe na educação*. 10 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- D'AVILLA, F. B. Objetivos e métodos da educação brasileira. In: *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- DREIFUSS, R. A. *A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GERMANO, J. W. *Estado Militar e educação no Brasil - 1964-1985*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS SOCIAIS. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- NASCIMENTO E SILVA, L. G. Fundamentos para uma política educacional brasileira. In: IPES. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- PAIVA, G. Apresentação. In: IPES. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- SANTOS, T de A. Vinculação da universidade e da empresa. In: IPES. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- SOUZA, M. I. *Os empresários e a educação: o IPES e a política educacional após 1964*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- WARDE, M. *Educação e estrutura social – a profissionalização em questão*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

Recebido em 28 out. 2007 / aprovado em 27 nov. 2007.

### Para referenciar este texto

CARVALHO, C. O simpósio “A educação que nos convém: o IPES e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960”. *EccoS*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 369-385, jul./dez. 2007.

